

FERNAND BRAUDEL

A DINÂMICA DO
CAPITALISMO

Rome

FERNAND BRAUDEL

A DINÂMICA DO
CAPITALISMO

Rocco

1987

Título original:

LA DYNAMIQUE DU CAPITALISME

© Les Éditions Arthaud, Paris, 1985

Todos os direitos reservados

Direitos para a língua portuguesa reservados, com exclusividade para o Brasil, à
EDITORA ROCCO LTDA.

Rua Visconde de Pirajá, 414 – Gr. 1405 CEP 22410 – Rio de Janeiro – RJ Tel.: 287-
1493

Printed in Brasil/Impresso no Brasil

Capa

ANA MARIA DUARTE

Revisão

ARGEMIRO DE FIGUEIREDO

OSCAR GUILHERME LOPES

HENRIQUE TARNAPOLSKY

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Braudel, Fernand

A dinâmica do capitalismo / Fernand Braudel; tradução Álvaro Cabral.
– Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

Tradução de: *La dynamique du capitalisme*.

1. Capitalismo. I. Título.

B834d86-1303 CDD – 330.122 CDU – 330.342.14

ESTE pequeno volume reproduz o texto de três conferências que proferi na Universidade de Johns Hopkins nos Estados unidos, em 1977. O texto foi traduzido para o inglês sob o título *Afterthoughts on Material Civilizations and Capitalism*, depois em italiano: *La Dinamica Del Capitalismo*. A presente edição não introduz nenhuma correção no texto inicial que, cumpre advertir o leitor, é anterior à publicação do livro *Civilisation matérielle, Économie et Capitalisme*, em 1979, pela editora Armand Colin. Estando essa obra então quase inteiramente redigida, foi-me solicitado que a apresentasse em suas três grandes linhas.

F.B.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

Repensando a vida material e a vida econômica

CAPÍTULO II

Os jogos da troca

CAPÍTULO III

O tempo do mundo

CAPÍTULO I

REPENSANDO A VIDA MATERIAL E A VIDA ECONÔMICA

COMECEI pensando em *Civilisation matérielle, Économie et Capitalisme*, essa extensa e ambiciosa obra, já lá vão muitos anos, em 1950. O tema me fora então proposto ou, melhor dizendo, amistosamente imposto por Lucien Febvre, que acabava de organizar e fazer o lançamento de uma coleção de história geral, “Destins du Monde”, a mesma cuja difícil continuação me coube assumir após o falecimento de seu diretor, em 1956. Quanto a ele, Lucien Febvre propunha-se escrever *Pensées et croyances d’Occidente, du XV^e au XVIII^e siècle* [Pensamentos e crenças do Ocidente, dos séculos XV a XVIII], um livro que deveria acompanhar e completar o meu, mas que, lamentavelmente, nunca chegou a ser publicado. A minha obra viu-se privada de uma vez para sempre desse acompanhamento.

Entretanto, mesmo limitado em geral ao domínio da economia, não deixou esse livro de me criar muitos problemas, em virtude da massa enorme de documentos a absorver, das controvérsias que seu tema suscita – é evidente que a economia, em si, é coisa que não existe –, em decorrência, enfim, das intermináveis dificuldades que provoca uma historiografia em constante evolução, porquanto incorpora obrigatoriamente, ainda que de um modo bastante lento, de bom ou de mau grado, as outras ciências do homem. Essa historiografia em constante gestação, jamais a mesma de um ano para outro, só conseguimos acompanhá-la correndo e deixando de lado os nossos trabalhos habituais, adaptando-nos o melhor que podemos às exigências e solicitações, nunca as mesmas. Quanto a mim, tenho um prazer imenso em escutar esse canto das sereias. E os anos passam. Invade-nos então o desespero de chegar ao porto. Terei consagrado 25 anos à história do *Mediterrâneo* e quase 20 à *Civilização material*. É muito, sem dúvida, é demais.

I A chamada história econômica, cuja construção se encontra ainda e tão-somente em curso, esbarra em certos preconceitos: não é a história nobre. A história nobre é o navio que Lucien Febvre construía: não Jakob Fugger mas Lutero, mas Rabelais. Nobre ou não nobre, ou menos nobre que uma outra, a história econômica nem por isso deixa de apresentar todos os problemas inerentes à nossa profissão: ela é a história inteira dos homens, considerada de um certo ponto de vista. É, simultaneamente, a história daqueles que se considera como os grandes atores, um Jacques Coeur, um John Law; a história dos grandes acontecimentos, a história da conjuntura e das crises e, enfim, a história maciça e estrutural que evolui lentamente ao longo dos tempos. E aí está realmente a nossa dificuldade porque, tratando-se de quatro séculos e do mundo como um todo, de que modo organizar tal soma de fatos e explicações? Tinha que se escolher. Por minha parte, escolhi os equilíbrios e desequilíbrios profundos a longo prazo. O que me parece primordial na economia pré-industrial, com efeito, é a coexistência das rigidezes, inércias e ponderosidades de uma economia ainda elementar, com os movimentos limitados e minoritários mas vivos, mas possantes, de um crescimento moderno. De um lado, os camponeses em suas aldeias que vivem de um modo quase autônomo, quase em autarquia; do outro, uma economia de mercado e um capitalismo em expansão, que se dilatam imperceptivelmente, se forjam pouco a pouco, já prefiguram o próprio mundo em que vivemos. Portanto, dois universos, pelo menos, dois gêneros de vida estranhos um ao outro e cujas massas respectivas se explicam, entretanto, uma pela outra.

Quis começar pelas inércias, à primeira vista uma história obscura, fora da consciência clara dos homens, nesse jogo muito mais agidos do que agentes. É o que procura explicar da melhor maneira possível o primeiro volume da minha obra, que tinha pensado em intitular, em 1967, na sua primeira edição, *Le Possible et l'Impossible: Les hommes face à leur vie quotidienne*, e mudei em seguida para *Les Structures du quotidien*. Mas pouco importa o

título! O objetivo da investigação é tão claro quanto possível, ainda que essa busca se revele aleatória, repleta de lacunas, de eventuais armadilhas e desprezos. Com efeito, todas as palavras postas em destaque – inconsciente, cotidianidade, estruturas, profundidade – são por si mesmas obscuras. E não se pode tratar, na ocorrência, do inconsciente da psicanálise, se bem que este se encontre igualmente em causa, se bem que haja a descobrir, talvez, um inconsciente coletivo cuja realidade atormentou Karl Gustav Jung tão profundamente. Mas é raro que esse grande assunto seja abordado a não ser por seus três lados menores. Aguarda ainda o seu historiador.

Por minha parte, fiquei nos critérios concretos. Parti do cotidiano, daquilo que, na vida, se encarrega de nós sem que o saibamos sequer: o hábito – melhor, a rotina – mil gestos que florescem, se concluem por si mesmos e em face dos quais ninguém tem que tomar uma decisão, que se passam, na verdade, fora de nossa plena consciência. Creio que a humanidade está pela metade enterrada no cotidiano. Inumeráveis gestos herdados, acumulados a esmo, repetidos infinitamente até chegarem a nós, ajudam-nos a viver, aprisionam-nos, decidem por nós ao longo da existência. São incitações, pulsões, modelos, modos ou obrigações de agir que, por vezes, e mais freqüentemente do que se supõe, remontam ao mais remoto fundo dos tempos. Muito antigo e sempre vivo, um passado multissecular desemboca no tempo presente como o Amazonas projeta no Atlântico a massa enorme de suas águas agitadas.

Foi tudo isso que tentei captar sob o nome cômodo – mas inexato, como todas as palavras de significação excessivamente ampla – de *vida material*. Bem entendido, trata-se de uma parte apenas da vida ativa dos homens, tão profundamente inventores quanto rotineiros. Mas, no início, repito, não me preocupei em definir com precisão os limites ou a natureza dessa vida mais suportada do que ativamente conduzida. Quis ver e fazer ver essa

massa geralmente mal apercebida de história mediocrementemente vivida, e nela mergulhar, familiarizar-me com ela.

Depois, somente depois, chegaria o momento de sair dela. A impressão profunda, imediata, após essa pesca submarina, e de que estamos em águas muito antigas, no meio de uma história que, de algum modo, não teria idade, que reencontraríamos, em suma, dois ou três séculos ou dez séculos mais cedo e que, por vezes, num momento, nos e dado enxergar ainda hoje com os nossos próprios olhos. Essa vida material, tal como a compreendo, e o que a humanidade, no transcurso de sua história anterior, incorporou profundamente à sua própria vida, como nas próprias entranhas dos homens, para quem tais experiências ou intoxicações de outrora se converteram em necessidades do cotidiano, em banalidades. E ninguém as observa com atenção.

II

Tal e o fio condutor do meu primeiro livro; seu objetivo: uma exploração. Seus capítulos apresentam-se por si mesmos, nada mais do que enunciando seus títulos, como a enumeração de forças obscuras que trabalham e impulsionam para diante o conjunto da vida material e, para além ou para cima, a história inteira da humanidade.

Primeiro capítulo: “O Número de Homens”. É a potência biológica por excelência que impele o homem, como todos os seres vivos, a reproduzir-se; o “tropismo da primavera”, dizia Georges Lefebvre. Mas existem outros tropismos, outros determinismos. Essa matéria humana em perpétuo movimento comanda, sem que os indivíduos tomem consciência disso, uma boa parte dos destinos de conjuntos de seres vivos. Alternadamente, estes, em tais ou tais condições gerais, ou são numerosos demais ou não suficientemente numerosos, o jogo demográfico tende para o equilíbrio, mas este

raras vezes se atinge. A partir de 1450, na Europa, o número de pessoas cresce com rapidez; e porque se faz necessário compensar, porque e então possível compensar, as enormes perdas sofridas no século precedente, na esteira da Peste Negra. Houve recuperação até ao refluxo seguinte. Sucessivos fluxos e refluxos, como que esperados de antemão aos olhos dos historiadores, desenham, revelam regras tendenciais, regras de longa duração que continuarão válidas até ao século XVIII. Somente no século XVIII ocorrerá a explosão das fronteiras do impossível, superação de um teto até então intransponível. Desde então, o número de seres humanos nunca mais parou de aumentar, não voltou a haver suspensões nem reversões do movimento. Poderá surgir amanhã tal reversão?

Em todo o caso, até ao século XVIII, o sistema vivo está fechado num círculo quase intangível. Mal a circunferência é atingida, quase imediatamente ocorre uma retração, um recuo. Não faltam os modos e as ocasiões para restabelecer o equilíbrio: penúrias, escassez, fome, duras condições da vida de todos os dias, guerras, enfim – e sobretudo – o longo cortejo das doenças. Hoje, elas ainda atuam; ontem, eram os flagelos do apocalipse: a peste, em epidemias regulares que só deixarão a Europa no século XVIII; o tifo que, com o inverno, bloqueará Napoleão e seu exército no coração da Rússia; a tifóide e a varíola, que são endêmicas; a tuberculose, presente desde cedo nos campos e que, no século XIX, submerge as cidades e converte-se no mal romântico por excelência; enfim, as doenças venéreas, a sífilis que renasce ou, melhor dizendo, explode por combinação de espécies microbianas, após a descoberta da América. As deficiências da higiene, a má qualidade da água potável, fazem o resto.

Como o homem, após seu frágil nascimento, escaparia a todas essas agressões? A mortalidade infantil e enorme, como em certos países subdesenvolvidos de hoje, ou de ontem; o estado sanitário geral, precário. Possuímos centenas de relatos de autópsias desde o século XVI. São alucinantes. A descrição das deformações, das

deteriorações dos corpos e da pele, a população anormal de parasitas alojados nos pulmões e nas vísceras, deixariam estupefato um médico de hoje. Portanto, até tempos recentes, uma realidade biológica malsã domina implacavelmente a história dos homens. Tem que se pensar nisso quando se pergunta: Quantos são eles? De que sofrem? Poderão conjurar seus males?

Outras questões apresentadas nos capítulos seguintes: O que comem? O que bebem? Como se vestem? Como se alojam? Perguntas incongruentes, que exigem quase uma viagem de descoberta, porque, como sabem, o homem não come nem bebe nos livros de história tradicional. Foi bem dito, há muito, muito tempo: *Der Mensch ist was er isst* [O homem é o que come], mas talvez seja, sobretudo, pelo prazer do jogo de palavras que a língua alemã permite. Entretanto, não creio que se deva relegar para o anedótico o surgimento de tantos produtos alimentares, desde o açúcar, o café e o chá até ao álcool. Eles são, de fato, a cada vez, intermináveis, importantes fluxos de história. E não se poderia exagerar, em todo o caso, a importância dos cereais, plantas dominantes da alimentação antiga. O trigo, o arroz, o milho, são o resultado de escolhas milenares e de inúmeras experiências sucessivas, as quais, pelo efeito de “derivadas” multisseculares (segundo a palavra de Pierre Gourou, o maior dos geógrafos franceses), tornaram-se escolhas da civilização. O trigo, que devora a terra, que exige que esta repouse regularmente, implica, permite a criação de gado: poderíamos imaginar a história da Europa sem os seus animais domésticos, suas charruas, suas parselhas de cavalos ou de bois, suas carroças? O arroz nasceu de uma espécie de jardinagem, de uma cultura intensa em que o homem não deixa lugar aos animais. O milho é certamente a mais cômoda e a mais fácil de obter das refeições cotidianas: ele regula o tempo de ócio, daí as corvéias camponesas e os enormes monumentos ameríndios. Uma força de trabalho desempregada foi confiscada pela sociedade. E poderíamos discutir também sobre as rações e as calorias que elas representam, sobre as insuficiências e as mudanças de dieta através dos tempos. Eis alguns temas tão

apaixonantes, não e verdade, quanto o destino do império de Carlos V ou os esplendores fugazes e discutíveis do que se chama a hegemonia francesa na época de Luís XIV. E, sem dúvida, temas repletos de conseqüências: a história dos antigos intoxicantes, o álcool, o fumo, a maneira fulgurante como o fumo, em particular, conquistou o mundo, deu-lhe uma volta completa, não será uma advertência para as ainda mais perigosas drogas de hoje?

Constatações análogas impõem-se a respeito das *técnicas*. História maravilhosa, na verdade, que acompanha de perto o trabalho dos homens e seus progressos muito lentos na luta cotidiana contra o meio exterior e contra eles próprios. Tudo e técnica desde sempre, o esforço violento, mas também o esforço paciente e monótono dos homens, modelando uma pedra, um pedaço de madeira ou de ferro, para fazer disso uma ferramenta ou uma arma. Não e essa uma atividade rente ao chão, conservadora por essência, de *transformação lenta*, e que a ciência (que e a sua superestrutura tardia) recobre devagar, quando a recobre? As grandes concentrações econômicas pedem as concentrações de meios técnicos e o desenvolvimento da tecnologia: assim ocorreu com o Arsenal de Veneza no século XV, com a Holanda no século XVII, com a Inglaterra no século XVIII. E de todas as vezes a ciência, por mais balbuciante que fosse, estará presente ao encontro. Aí é conduzida à força.

Desde sempre, todas as técnicas, todos os elementos da ciência, se permutam, viajam através do mundo, há uma difusão incessante. Mas o que se difunde mal são as associações, os agrupamentos de técnicas: o leme de cadaste, o casco construído em chapas parcialmente sobrepostas, mais a artilharia a bordo dos navios, mais a navegação de alto-mar – do mesmo modo o capitalismo, soma de artifícios, de hábitos, de performances. Foram a navegação de alto-mar e o capitalismo que criaram a supremacia da Europa, pelo simples fato de que não se difundiram por massas inteiras?

Mas, perguntareis, por que os seus dois últimos capítulos são dedicados à moeda e às cidades? Quis livrar desses temas o volume seguinte, e verdade. Mas essa razão, evidentemente, não é por si só suficiente. A verdade é que as moedas e as cidades mergulham, ao mesmo tempo, no cotidiano imemorável e na modernidade mais recente. A moeda é uma invenção muito velha, se entendo por moeda todo o meio que acelera a troca. E sem troca não há sociedade. Quanto às cidades, elas existem desde a pré-história. São as estruturas multisseculares da vida mais comum. Mas são também os multiplicadores, capazes de se adaptar à mudança, de ajudar poderosamente. Poder-se-ia dizer que as cidades e a moeda fabricaram a modernidade; mas também, segundo a regra de reciprocidade cara a Georges Gurvitch, que à modernidade, a massa em movimento da vida dos homens, impeliu para diante a expansão da moeda, construiu a tirania crescente das cidades. Cidades e moedas são, ao mesmo tempo, motores e indicadores; elas provocam e assinalam a mudança. São também a consequência desta.

III

Deve-se dizer que não é fácil definir os limites do imenso reino do habitual, do rotineiro, “esse grande ausente da história”. Na realidade, o habitual invade o conjunto da vida dos homens, difunde-se nela como a sombra da tarde enche uma paisagem. Mas essa sombra, essa falta de memória e de lucidez, admitem simultaneamente zonas menos iluminadas e zonas mais claras do que outras. Entre sombra e luz, entre rotina e decisão consciente, seria importante marcar o limite. Uma vez reconhecido, ele permitiria distinguir o que está à direita e o que está à esquerda do observador ou, melhor, acima e abaixo dele.

Imaginemos, portanto, a enorme e múltipla extensão que representam, para uma dada região, todos os mercados elementares

que ela possui, ou seja, uma nuvem de pontos, para débitos freqüentemente medíocres. Por essas múltiplas bocas principia o que chamamos a economia de troca, situada entre a produção, enorme domínio, e o consumo, um domínio igualmente enorme. Nos séculos do *Ancien Régime*, entre 1400 e 1800, ainda se trata de uma economia de troca muito imperfeita. Sem dúvida, por suas origens, perde-se na noite dos tempos mas não chega a unir toda a produção a todo o consumo, perdendo-se uma enorme parte da produção no autoconsumo, da família ou da aldeia, pelo que não entra no circuito do mercado.

Devidamente considerada essa imperfeição, subsiste o fato de que a *economia de mercado* está em progresso, de que liga suficientemente burgos e cidades para já começar a organizar a produção, a orientar e a controlar o consumo. Serão precisos séculos, sem dúvida, mas entre esses dois universos – a produção onde tudo nasce, o consumo onde tudo se destrói – a economia de mercado e a ligação, o motor, a zona estreita mas viva donde jorram as incitações, as forças vivas, as novidades, as iniciativas, as múltiplas tomadas de consciência, os crescimentos e mesmo o progresso. Gosto, sem dele compartilhar inteiramente, do comentário de Carl Brinkman, para quem a história econômica se resume à história da economia de mercado, seguida desde suas origens até o seu fim eventual.

Por isso observei longamente, descrevi e fiz renascer os mercados elementares ao meu alcance. Eles marcam uma fronteira, um limite inferior da economia. Tudo o que ficar fora do mercado só tem um valor de uso, tudo o que transpuser a porta estreita e ingressar no mercado adquire um valor de troca. Segundo se encontra de um lado ou do outro do mercado elementar, o indivíduo, o “agente”, está ou não incluído na troca, no que chamei a *vida econômica*, para opô-la à *vida material*; e também para distingui-lo – mas essa discussão ficará para mais tarde – do *capitalismo*. O artesão itinerante, que vai de burgo em burgo oferecer seus

modestos serviços de reempalhador de cadeiras ou de limpachaminés, embora um consumidor medíocre, pertence, no entanto, ao mundo do mercado; deve pedir-lhe o seu alimento cotidiano. Se ele conservou os vínculos com a sua terra natal e no momento da colheita ou da vindima retorna à sua aldeia, volta a ser um camponês e transpõe a fronteira do mercado, mas no sentido inverso. O camponês que comercializa ele próprio, regularmente, uma parte da sua colheita e compra ferramentas, vestuário, *já* faz parte do mercado. Aquele que só vai ao burgo para vender algumas mercadorias miúdas, ovos, uma galinha, a fim de obter algumas moedas necessárias ao pagamento de seus impostos ou à compra de uma relha de charrua, esse toca somente a fronteira do mercado. Permanece na enorme massa do autoconsumo. O camelô que vende nas ruas e o mascate que percorre o interior oferecendo mercadorias em pequenas quantidades, estão do lado da vida de trocas, do lado do cálculo, do deve e haver, por modestas que sejam suas trocas e seus cálculos. Quanto ao lojista, ele é, francamente, um agente da economia de mercado. Ou vende o que fabrica e, nesse caso, é um artesão-lojista; ou vende o que outros produziram e está, por conseguinte, no estágio dos mercadores ou comerciantes. A loja, sempre aberta, tem a vantagem de oferecer uma troca contínua, enquanto que o mercado instala-se uma ou duas vezes por semana. Ainda mais, a loja e a permuta adequada de crédito, pois o lojista recebe sua mercadoria a crédito e vende-a a crédito. Neste ponto, estende-se através da troca toda uma seqüência de dívidas e de créditos.

Acima dos mercados e dos agentes elementares da troca, as feiras e as Bolsas (estas abertas todos os dias, aquelas funcionando em datas fixas, durante alguns dias, e voltando aos mesmos lugares a intervalos mais ou menos longos) desempenham um papel superior. Mesmo que as feiras estejam abertas, como é geralmente o caso, aos pequenos vendedores e aos comerciantes medíocres, elas são, tal como as Bolsas, dominadas pelos grandes comerciantes atacadistas,

aqueles a que em breve se passará a chamar os *negociantes* e que não se ocupam do comércio de varejo.

Nos primeiros capítulos do volume II da minha obra, intitulado *Les Jeux de l'échange* [Os jogos da Troca], descrevi longamente esses diversos elementos da economia de mercado, tentando ver as coisas de tão perto quanto possível. Talvez me tenha entregue um pouco ao prazer dessa observação e o leitor achará, sem dúvida, que fui um tanto prolixo. Mas não é bom que a história seja, em primeiro lugar, uma descrição, simples observação, classificação sem demasiadas idéias prévias? Ver, fazer ver, e a metade de nossa tarefa. Ver, se possível, com os nossos próprios olhos. Porquanto posso assegurar-lhes que nada é mais fácil na Europa, não digo nos Estados Unidos, do que ver ainda o que pode ser um mercado na rua de uma cidade, ou uma loja de antanho, ou um mascate pronto a relatar-nos suas viagens, ou uma feira, ou uma Bolsa. Vá o leitor ao Brasil e percorra o interior da Bahia, ou à Cabília, ou à África Negra, e reencontrará feiras e mercados arcaicos vivendo ainda sob os seus olhos. E depois, se nos dispusermos a lê-los, existem milhares de documentos para nos falar das trocas de ontem, arquivos de cidades, registros de notários, documentos de polícia e tantos relatos de viajantes, para não falar dos pintores.

Vejamos o exemplo de Veneza. Passeando pela cidade tão milagrosamente intata, depois de ter perambulado por arquivos e museus, pode-se quase recons tituir espetáculos de ontem. Em Veneza, nada de feiras, ou não mais feiras de mercadorias: a *Sensa*, feira da Ascensão, é uma festa, com barracas de comerciantes na praça de São Marcos, mascarados, música e o espetáculo ritual dos esponsais do doge com o mar, na altura de San Nicolo. Alguns mercados funcionam em redor da praça de São Marcos, em particular os mercados de pedras preciosas e de peles não menos preciosas. Mas, ontem como hoje, o grande espetáculo mercantil é o da praça de Rialto, frente à ponte e ao *Fondaco dei Tedeschi*, hoje o correio central de Veneza, Em 1530, o Aretino, que tinha sua casa

sobre o Grande Canal, divertia-se olhando os barcos carregados de frutas, de montanhas de melões, vindos das ilhas da laguna até esse “ventre” de Veneza, pois a praça dupla de Rialto – Rialto Nuovo e Rialto Vecchio – e o “ventre” e o centro ativo de todas as trocas, de todos os negócios, pequenos e grandes. A dois passos das bancas ruidosas da dupla praça, eis os grandes negociantes da cidade, em sua Loggia, construída em 1455, poderíamos dizer, em sua Bolsa, discutindo todas as manhãs, discretamente, seus negócios, seguros marítimos, fretes, comprando, vendendo, assinando contratos entre eles ou com mercadores estrangeiros. A dois passos, em suas apertadas lojas, os *banchieri* estão a postos para fechar de imediato essas transações mediante saques ou transferências de conta a conta. Também nas proximidades, onde ainda hoje se encontram, a *Herberia*, o mercado das verduras e legumes, a *Pescheria*, a lota ou mercado do peixe e, um pouco mais longe, na antiga Ca Quarini, as *Beccherie*, os açougues, na vizinhança da igreja do padroeiro dos açougueiros, San Matteo, a qual somente veio a ser destruída no século XIX.

Estaríamos um pouco mais desambientados na algazarra da Bolsa de Amsterdam, digamos, no século XVII, mas um corretor de hoje, que se divertiria imenso lendo o surpreendente livro de José de la Vega, *Confusión de confusiones* (1688), reconhecer-se-ia sem dificuldade, imagino, no jogo já complicado e sofisticado das ações que se vendem e revendem sem as possuir, segundo os procedimentos muito modernos das vendas à vista e a prazo. Uma viagem a Londres, visitando os célebres cafés da *Change Alley*, revelaria as mesmas artimanhas e as mesmas acrobacias.

Mas, detenhamo-nos nessas enumerações. Simplificando, distinguimos dois registros da economia de mercado: um registro inferior, os mercados, as lojas, os camelôs; um registro superior, as feiras e as Bolsas. Primeira pergunta: Em que e que esses instrumentos da troca podem ajudar-nos a explicar, de um modo geral, as vicissitudes da economia européia de *Ancien Régime*, entre

os séculos XV e XVIII? Segunda pergunta: Em que, por semelhança ou por contraste, podem eles elucidar, para nós, os mecanismos da economia não-européia, da qual apenas se começa a conhecer alguma coisa? São estas as duas questões a que desejaríamos responder, na conclusão da presente conferência.

IV

Em primeiro lugar, a evolução do Ocidente no transcurso desses quatro séculos: do XV ao XVIII.

O século XV, sobretudo depois de 1450, assiste a uma retomada geral da economia, em benefício das cidades, as quais, favorecidas pela elevação dos preços “industriais”, ao mesmo tempo que os preços agrícolas estagnam ou declinam, progridem mais depressa que o interior. Nenhum erro possível: nesse momento, o papel propulsor é o das lojas de artesãos ou, melhor ainda, dos mercados urbanos. São esses mercados que ditam a lei. A retomada é assim marcada no nível mínimo da vida econômica.

No século seguinte, quando a máquina recuperada se complica em virtude da própria velocidade readquirida (o século XIII e o século XIV, antes da Peste Negra, tinham sido épocas de franca aceleração) e em decorrência da ampliação da economia atlântica, o movimento motor situa-se à altura das feiras internacionais: feiras de Antuérpia, de Berg-op-Zoom, de Frankfurt, de Medina del Campo, de Lyon, por um instante o centro do Ocidente, ainda mais, subseqüentes, as chamadas feiras de “Besançon”, de extrema sofisticação, reduzidas aos tráficos do dinheiro e do crédito, e instrumento, durante pelo menos uma quarentena de anos, de 1579 a 1621, da dominação dos genoveses, senhores incontestáveis dos movimentos monetários internacionais. Raymond de Roover, pouco propenso, dada a sua prudência inata, às generalizações, não hesitou em caracterizar o século XVI como o apogeu das enormes feiras. O

desenvolvimento pujante desse século tão ativo seria, em última análise, a exuberância de um último patamar, de uma superestrutura e, ao mesmo tempo, a proliferação dessa *superestrutura*, que é inchada agora pelas chegadas de metais preciosos das Américas e, mais ainda, por um sistema de trocas que faz circular rapidamente uma massa de papel e de crédito. Essa frágil obra-prima dos banqueiros genoveses desmoronará na década de 1620, por mil razões ao mesmo tempo.

A vida ativa do século XVII, emancipada dos sortilégios do Mediterrâneo, desenvolve-se através do vasto campo do oceano Atlântico. Descreveu-se freqüentemente esse século como uma época de recuo ou de estagnação econômica. Há que atenuar, sem dúvida, esse quadro. Pois se o impulso do século XVI foi certamente cortado, na Itália e em outros centros, a ascensão fantástica de Amsterdam não ocorre, porém, sob o signo do marasmo econômico. Em todo o caso, sobre esse ponto, os historiadores estão todos de acordo: a atividade que persiste apóia-se num retorno decisivo à mercadoria, a uma troca de base, em suma, tudo em benefício da Holanda, de suas frotas, da Bolsa de Amsterdam. Ao mesmo tempo, a feira cede o lugar às Bolsas, às praças de comércio, que estão para a feira como o mercado urbano para a loja comum, ou seja, um fluxo contínuo substitui os encontros intermitentes. Eis uma história clássica, por demais conhecida. Mas a Bolsa não é a única em causa. Os esplendores de Amsterdam ameaçam esconder de nós êxitos mais ordinários. De fato, o século XVII e também o do florescimento maciço das lojas, um outro triunfo da continuidade. Elas multiplicam-se por toda a Europa, onde criam redes compactas de redistribuição. É Lope de Vega (1607) quem diz a respeito de Madri do Século de Ouro que todo se *ha vuelto tiendas* [tudo se transformou em lojas].

No século XVIII, século de aceleração econômica geral, todos os instrumentos da troca estão logicamente em serviço: as Bolsas ampliam suas atividades, Londres imita e tenta suplantar

Amsterdã, que tende agora a especializar-se como a grande praça dos empréstimos internacionais, enquanto que Genebra e Gênova participam nesses jogos perigosos, Paris anima-se e começa a afinar pelo diapasão geral, o dinheiro e o crédito correm assim cada vez mais livremente de um lugar para outro. Nesse ambiente, é natural que as feiras saiam perdendo: feitas para ativar as transações tradicionais pela outorga de vantagens fiscais, entre outras, elas perdem sua razão de ser em período de trocas e de crédito fáceis. Entretanto, se elas começam declinando onde a vida se precipita, mantêm-se e prosperam onde perduram ainda economias tradicionais. Enumerar as feiras ativas do século XVIII significa também assinalar as regiões marginais da economia européia: na França, a zona das feiras de Beaucaire; na Itália, a região dos Alpes (Bolzano) ou o sul. Mais ainda os Bálcãs, a Polônia, a Rússia e, para oeste, além-Atlântico, o Novo Mundo.

Seria inútil acrescentar que, nesse período de elevado índice de consumo e de troca, os mercados urbanos elementares e as lojas estão mais animados do que nunca. Estas não chegam então às aldeias? Os próprios mascates decuplicam suas atividades. Desenvolve-se, enfim, o que a historiografia inglesa chama o *private market*, por oposição ao *public market*, este vigiado pelas autoridades urbanas carrancudas, aquele fora desses controles. Tal *private market* que, muito antes do século XVIII, começou organizando em toda a Inglaterra as compras diretas, freqüentemente antecipadas, aos produtores, a compra aos camponeses, fora do mercado, da lã, do trigo, dos panos, etc., significou o estabelecimento, contra a regulamentação tradicional do mercado, de cadeias comerciais autônomas, bastante extensas, livres em seus movimentos e que, aliás, se aproveitam sem escrúpulos dessa liberdade. Impuseram-se por sua eficácia, favorecendo os volumosos abastecimentos necessários ao exército ou às grandes capitais. O “ventre” de Londres, o “ventre” de Paris foram, em suma,

revolucionários. O século XVIII, em poucas palavras, terá desenvolvido tudo na Europa, inclusive o “contramercado”.

Tudo isso é verdade da Europa. Até agora só falamos dela. Não que queiramos reduzir tudo à sua vida particular mediante uma visão eurocentrista demasiado cômoda. Mas, simplesmente, porque o ofício de historiador desenvolveu-se na Europa e foi ao próprio passado deles que os historiadores se ligaram. Há alguns decênios, entretanto, produziu-se uma inversão; as fontes documentais, na Índia, no Japão, na Turquia, são sistematicamente exploradas e começamos a conhecer a história desses países não apenas pelos relatos de viajantes ou pelos livros dos historiadores europeus. Já conhecemos o bastante sobre esses países para nos fazermos esta pergunta: Se os mecanismos da troca que acabamos de descrever só para a Europa existem fora da Europa – e existem na China, na Índia, através do Islã, no Japão – poderemos utilizá-los para um ensaio de análise comparada? O objetivo seria, se possível, situar a não-Europa, em geral, em relação à própria Europa, ver se o crescente abismo que vai cavar-se entre elas já era visível antes da Revolução Industrial, antecipando-se em relação ao resto do mundo.

Primeira constatação: por toda a parte os mercados estão instalados, mesmo em sociedades apenas esboçadas, na África Negra e nas civilizações ameríndias. *A fortiori*, nas sociedades muito densas, evoluídas, que estão literalmente crivadas de mercados elementares. Um pequeno esforço, esses mercados estão diante dos nossos olhos, ainda vivos ou fáceis de reconstituir. Nos países islâmicos, as cidades despojaram virtualmente as aldeias de seus mercados. Tal como na Europa, aquelas absorveram-nos. Os maiores desses mercados exibem-se junto às portas monumentais das cidades, em espaços que não são, em suma, nem campo nem cidade, onde o cidadão de um lado, o camponês do outro, encontram-se em terreno neutro. Na própria cidade, em ruas e praças estreitas, os mercados de bairro logram introduzir-se: o cliente aí encontra o pão fresco do dia, algumas mercadorias e, contrariamente

ao uso comum da Europa, muitos pratos cozinhados: espetinhos de carne, cabeças de carneiro assadas, coscorões, doces. Os grandes centros comerciais, simultaneamente mercados, concentrações de lojas e galerias à européia, são os *fondouks*, os *bazars*, como o Besestan de Istambul.

Na Índia, notamos uma particularidade: não há unia aldeia que não possua o seu mercado, em razão da necessidade de transformar aí, pela intervenção do mercador baniano, as taxas entregues em natura pela comunidade aldeã, em taxas em dinheiro, seja para o GrãoMogol, seja para os senhores de seu séquito. Deve-se ver nessa nebulosa de mercados aldeões uma imperfeição, na Índia, da penhora urbana? Ou, pelo contrário, imaginar que os mercadores banianos praticam uma espécie de *private market*, apossando-se da produção na fonte, na própria aldeia?

A organização mais surpreendente, no estágio dos mercados elementares, é certamente a da China, a tal ponto que o seu caso depende de uma geografia exata, quase matemática. Vejamos, a título de exemplo, um burgo ou uma cidade pequena. Marque-se um ponto numa folha em branco. Em redor desse ponto dispõem-se de seis a dez aldeias, a uma distância tal que o camponês possa, durante o dia, ir ao burgo e regressar. Esse conjunto geométrico – um ponto no centro e dez pontos em torno dele – e o que chamaríamos um cantão, a zona de irradiação de um mercado de burgo. Praticamente, esse mercado divide-se segundo as ruas e as praças do burgo, agrega-se às lojas dos revendedores, dos usurários, dos escrivães públicos, dos mercadores de gêneros alimentícios, das casas de chá e de saque. W. Skinner tem razão, e nesse espaço cantonal que se situa a matriz da China camponesa, não na aldeia. O leitor aceitará também sem dificuldade que os burgos gravitam, por sua vez, em torno de uma cidade que eles envolvem a uma distância conveniente e reabastecem, e pela qual estão vinculados aos tráficos longínquos e às mercadorias que não são produzidas localmente. Que o todo seja um sistema, e o que diz claramente o fato de que o calendário dos

mercados dos diversos burgos e da cidade são fixados de modo a não se sobreporem. De um mercado ao outro, de um burgo ao outro, circulam sem parar mascates e artesãos, porque, na China, a loja do artesão e ambulante e é no mercado que se lhe alugam seus serviços, se bem que o ferreiro ou o barbeiro se deslocarão, para executar seu trabalho, ao domicílio do freguês. Em suma, a massa chinesa é atravessada, animada por cadeias de mercados regulares, mutuamente ligados e todos rigorosamente fiscalizados.

As lojas, os camelôs, os mascates, são igualmente muito numerosos, pode-se dizer que pululam; mas as feiras e as Bolsas, mecanismos superiores, estão ausentes. Existem algumas feiras, sim, mas todas elas marginais, nas fronteiras da Mongólia ou em Cantão, para as mercadorias estrangeiras, também uma forma de vigiá-las.

Então, das duas uma: ou o governo é hostil a essas formas superiores de troca, ou então a circulação capilar dos mercados elementares bastava à economia chinesa: as artérias e as veias não lhe seriam necessárias. Por uma ou outra dessas razões, ou pelas duas ao mesmo tempo, a troca na China é aparada, nivelada, e veremos numa outra conferência que isso teve sua grande importância para o não-desenvolvimento do capitalismo chinês.

Os estágios superiores da troca são melhor desenhados no Japão, onde as redes de grandes comerciantes estão perfeitamente organizadas. Melhor desenhadas também na Insulíndia, velha encruzilhada mercantil, que tem suas feiras regulares, suas Bolsas, se assim entendermos, tal como na Europa dos séculos XV-XVI e até mais tarde, as reuniões cotidianas dos grandes comerciantes atacadistas de uma dada praça. Assim, em Bantam, na ilha de Java, por largo tempo a cidade mais ativa da ilha, mesmo após a fundação de Batavia em 1619, os negociantes reúnem-se todos os dias numa das praças da cidade, à hora em que o mercado aí termina.

A Índia é, por excelência, o país das feiras, vastas reuniões simultaneamente mercantis e religiosas, porquanto se celebram a maioria das vezes nos lugares de peregrinação. Toda a península e

agitada por essas reuniões gigantescas. Admiramos sua onipresença e sua importância; não eram, entretanto, o sinal de uma economia tradicional, de uma certa maneira voltada para o passado? Em contrapartida, no mundo islâmico, embora as feiras tenham existido, não eram tão numerosas nem tão vastas quanto as da Índia. Exceções como as feiras de Meca apenas confirmam a regra. Com efeito, as cidades muçulmanas, superdesenvolvidas e superdinâmicas, possuíam os mecanismos e os instrumentos dos estágios superiores da troca. Ordens de pagamento e promissórias circulavam tão correntemente quanto na Índia e emparelhavam com a utilização direta do dinheiro vivo. Toda uma rede de crédito ligava as cidades muçulmanas ao Extremo Oriente. Um viajante inglês, de regresso das Índias, em 1759, e prestes a passar de Basra para Constantinopla, não querendo deixar seu dinheiro em depósito na East India Company, em Surat, entregou 2.000 piastras em espécie a um banqueiro de Basra que lhe deu uma carta redigida em “língua franca” e endereçada a um banqueiro de Alepo. Devia ter, teoricamente, retirado um lucro na transação mas não ganhou tanto quanto esperava. Não se pode ganhar sempre.

Em resumo, se a comparamos com as economias do resto do mundo, a economia européia parece ter ficado devendo seu desenvolvimento mais célebre à superioridade de seus instrumentos e de suas instituições: as Bolsas e as diversas formas de crédito. Mas, sem uma única exceção, todos os mecanismos e artifícios da troca se reencontram fora da Europa, desenvolvidos e utilizados em graus diversos, e pode-se aí discernir uma hierarquia: no estágio quase superior, o Japão; talvez a Insulíndia e o Islã; certamente a Índia, com sua rede de crédito desenvolvida pelos mercadores banianos, sua prática de empréstimo de dinheiro às iniciativas arriscadas, seus seguros marítimos; no estágio inferior, habituada a viver voltada para si mesma, a China; e, finalmente, logo abaixo dela, milhares de economias ainda primitivas.

O fato de estabelecer uma classificação entre as economias do mundo não é isento de significado. Conservarei em mente essa hierarquia no capítulo seguinte, quando tentarei avaliar as posições ocupadas pela economia de mercado e o capitalismo. Com efeito, essa ordenação vertical permitirá que a análise renda seus frutos. Acima da massa imensa da vida material de todos os dias, a economia de mercado estendeu suas malhas e manteve em vida suas diversas redes. E foi, habitualmente, acima da economia de mercado propriamente dita que o capitalismo prosperou. Poderia dizer-se que a economia do mundo inteiro é visível num verdadeiro mapa em relevo.